



Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, de 14/12/2012.

Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2013, e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ), no uso de suas atribuições legais, em sua 10ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH/SP anualmente define as condições de distribuição dos recursos do FEHIDRO referentes à compensação financeira da geração hidroelétrica, devendo-se agilizar os procedimentos de seleção e indicação de empreendimentos ao FEHIDRO.

Considerando que em todo o território, e em todos os corpos d'água, das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) já se implantou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos (Cobranças PCJ), criando-se a necessidade de estabelecimento de critérios gerais e específicos para seleção de empreendimentos para financiamento com os recursos arrecadados no exercício de 2013;

Considerando que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) constituiu Grupo de Trabalho, denominado GT-Critérios, para a revisão dos critérios gerais e específicos para seleção de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO e das Cobranças (Federal, Paulista e Mineira) PCJ - orçamento de 2013, formado por representantes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, da Agência das Bacias PCJ e dos seguintes órgãos e entidades: ASSEMAE, Rotary International, ABCON, DAEE, COOPERVAP, SMA, SORIDEMA, CT-SA e Convidados: SAAE/Indaiatuba e SABESP;

Considerando que o GT-Critérios realizou 4 (quatro) reuniões, nos dias 10/05/2012, 19/06/2012, 07/11/2012 e 13/11/2012, para análise e revisão dos critérios gerais e específicos, acrescentando e compatibilizando critérios, levando em consideração o Plano das Bacias PCJ 2010/2020, a disponibilidade de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, cuja proposta foi apreciada e aprovada em reunião da CT-PL, realizada em 23/11/2012, na Biblioteca Municipal, em Piracicaba/SP;

Considerando o Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO – versão dez/10, que define prazos para que os colegiados paulistas deliberem e publiquem a seleção, priorização e indicação de empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO;

Considerando que o Plano das Bacias PCJ 2010-2020 apresenta a relação de ações de curto prazo, classificadas em Programas de Duração Continuada (PDCs), que poderão ser financiadas com recursos do FEHIDRO (compensação financeira do setor hidroelétrico) e das Cobranças PCJ;

Considerando que o montante de recursos a ser aplicado em empreendimentos prioritários e de caráter estratégico, intitulados **Demanda Induzida** será proveniente da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança Federal PCJ) por meio do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2013-2016 (PAP-PCJ 2013-2016) e baseados nas ações dos Programas de Duração Continuada do Plano das Bacias PCJ 2010-2020;

Considerando que do total dos recursos da Cobrança Federal PCJ foi disponibilizado o montante de R\$6.000.000,00 para ser aplicado em ações de Demanda Espontânea, para o período referido no PAP-PCJ 2013-2016, em ações específicas do PDC 5;

Considerando os termos do Decreto nº 51.449, de 29 de dezembro de 2006, que aprovaram e fixaram os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ;

Deliberam:

Art. 1º - Para inscrição, análise e seleção de pedidos de financiamento para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO, da quota-parte do CBH-PCJ, e das cobranças pelo uso de recursos hídricos – Cobranças PCJ, orçamento 2013, para empreendimentos de **Demanda Espontânea**, fica aprovado o seguinte cronograma:

- I. Curso de Capacitação: 20/02/2013 (quarta-feira);** a ser oferecido pela Agência das Bacias PCJ;
- II. De 01/04/2013 (segunda-feira) a 03/04/2013 (quarta-feira) – das 8h às 17h:** inscrição de empreendimentos de **Demanda Espontânea**, na Agência das Bacias PCJ, para pré-qualificação, com a entrega dos documentos constantes do Anexo III desta deliberação;
- III. Análises de pré-qualificação dos empreendimentos:**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



- a. **de 04/04/2013 (quinta-feira) a 18/04/2013 (quinta-feira):** pela Agência das Bacias PCJ e Órgãos Licenciadores e Outorgantes;
- b. **de 19/04/2013 (sexta-feira) a 03/05/2013 (sexta-feira):** pelas Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ;
- c. divulgação dos resultados, na internet: **06/05/2013 (segunda-feira);**
- d. período de apresentação de recurso: **07/05/2013 (terça-feira) e 08/05/2013 (quarta-feira);**
- e. reunião da CT-PL para análise de eventuais recursos: **17/05/2013 (sexta-feira);**
- f. período de avaliação dos empreendimentos deferidos (projetos e orçamentos) pela Agência das Bacias PCJ: **18/06/2013 (terça-feira) a 19/08/2013 (segunda-feira);**
- g. emissão de Declaração de Adequação, pela Agência das Bacias PCJ: **20/08/2013 (terça-feira).**

IV. de 10/09/2013 (terça-feira) a 30/09/2013 (segunda-feira) – das 8h às 17h: Período de protocolo, na Agência das Bacias PCJ, dos documentos dos Anexos IV e V desta deliberação, para os empreendimentos pré-qualificados.

§ 1º – Somente poderão ser inscritos, no período de **10/09/2013 a 30/09/2013**, empreendimentos de **Demanda Espontânea** que tenham sido submetidos à análise de pré-qualificação, conforme definido no inciso III do caput deste artigo.

§ 2º Para a análise da documentação e liberação da indicação do empreendimento prevalecerá a ordem cronológica do protocolo mencionado no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º A indicação de cada empreendimento somente ocorrerá se a documentação protocolada estiver completa (todos os documentos dos Anexos IV e V desta deliberação) e com todos os ajustes solicitados na análise de pré-qualificação, sendo que, não se verificando estas condições, o candidato a tomador será notificado pela Agência das Bacias PCJ e o mesmo deverá efetuar novo protocolo, o qual passará a ser considerado para a ordem cronológica referida no § 2º deste artigo.

§ 4º As análises mencionadas no caput deste artigo terão a função de procederem à verificação:

1. do cumprimento, pelo candidato a tomador e para o empreendimento, das regras estabelecidas pelos Comitês PCJ;
2. da adequação e enquadramento do objeto e conteúdo, incluindo cronograma e custos, do empreendimento, ao Plano de Bacias dos Comitês PCJ vigente no período de pré-qualificação;
3. da apresentação da documentação (administrativa, financeira, técnica, licenças e outorgas) do empreendimento;
4. da adequação do Termo de Referência ou do Projeto do empreendimento às normas técnicas vigentes e exigidas nos Manuais de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO e dos Agentes Técnicos das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira);
5. de outras exigências e limitações constantes dos Manuais de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO e dos Agentes Financeiros dos recursos das cobranças em corpos d'água de domínio de São Paulo e de Minas Gerais.

§ 5º As verificações mencionadas no § 4º deste artigo serão efetuadas por:

1. Agência das Bacias PCJ para os itens 1, 3, 4 e 5;
2. Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para o item 2.

§ 6º Fica delegada à Agência das Bacias PCJ a função de promover as análises necessárias, com base nos critérios gerais e específicos estabelecidos no Anexo I desta Deliberação, propondo para cada empreendimento as modalidades de financiamento, "com retorno" e "sem retorno", conforme regulamento, e de acordo com as diretrizes e ações constantes do Plano das Bacias PCJ 2010-2020.

§ 7º Poderão ser mantidos, pela Agência das Bacias PCJ, entendimentos com os candidatos a tomadores no sentido de se promover eventuais alterações nos valores dos investimentos solicitados, tendo em vista compatibilizar as solicitações com a disponibilidade dos recursos e a maximização dos benefícios.

§ 8º Fica delegada à Agência das Bacias PCJ a função de adaptar, alterar, incorporar e excluir critérios fixados nesta deliberação, tendo em vista proceder a ajustes decorrentes de deliberações e estabelecimento de normas e critérios que venham a ocorrer até a próxima reunião dos Plenários dos Comitês PCJ, provenientes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), dos Conselhos Estaduais (SP e MG) de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas (ANA), do COFEHIDRO, dos agentes financeiros das cobranças e do Governo Federal.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



§ 9º A Declaração de Adequação, mencionada na alínea “g”, do inciso III, deste artigo, destina-se a atestar a adequação do projeto e orçamentos, relativos aos empreendimentos inscritos, ao padrão de exigência dos Agentes Técnicos envolvidos no processo de análise e contratação.

Art. 2º – Serão considerados como “recursos disponibilizados para distribuição” pelos Comitês PCJ, para financiamento de empreendimentos objeto desta deliberação, a soma das seguintes parcelas:

- I. os recursos financeiros disponibilizados para investimentos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, ao FEHIDRO (quota-parte do CBH-PCJ), provenientes da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e dos royalties de Itaipu;
- II. os recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, incluindo os rendimentos de aplicações financeiras auferidos, descontadas, no que couber, as parcelas referentes ao disposto no art. 22 do Decreto nº 50.667/06;
- III. os recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais (Cobrança Mineira PCJ), incluindo os rendimentos de aplicações financeiras auferidos, descontadas as parcelas para remuneração dos Agentes Técnicos e Financeiro da Cobrança Mineira PCJ, se couber;
- IV. R\$6.000.000,00 referentes a parte dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança Federal PCJ), nos exercícios de 2013 a 2016;

Art. 3º Os empreendimentos inscritos para seleção e indicação, em 2013, e que apresentarem todos os documentos exigidos nesta deliberação, conforme atestado a ser emitido pela Agência das Bacias PCJ, serão indicados por meio de deliberação *ad referendum* dos presidentes dos Comitês PCJ, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros do exercício de 2013, conforme ordem cronológica de protocolo descrita no art. 1º desta deliberação.

Art. 4º A Agência das Bacias PCJ divulgará na sua página da internet (www.agenciapcj.org.br) a Ficha de Inscrição e os documentos necessários a serem apresentados.

Art. 5º O **Anexo I** desta deliberação contém os critérios gerais e específicos para seleção e indicação de empreendimentos visando à obtenção de recursos do FEHIDRO e das cobranças pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ (Cobranças PCJ) – exercício 2013.

Parágrafo único. Caberá à Agência das Bacias PCJ a elaboração e divulgação do Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012, com base nas diretrizes estabelecidas pelo GT-Critérios e aprovados pela CT-PL.

Art. 6º O **Anexo II** desta deliberação contém os limites de contrapartida (CP) por município, calculados conforme disposto no Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012.

Art. 7º O **Anexo III** desta deliberação contém a relação dos documentos para apresentação de empreendimentos visando à obtenção de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ – exercício 2013, para a pré-qualificação no período definido no inciso III, do art. 1º desta deliberação.

Art. 8º - O **Anexo IV** desta deliberação contém a relação dos documentos para apresentação de empreendimentos visando à obtenção de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ – exercício 2013, para a inscrição no período definido no inciso IV, do art. 1º desta deliberação.

Art. 9º - O **Anexo V** desta deliberação contém a relação dos documentos complementares e respectivo número de cópias a serem entregues à Agência das Bacias PCJ.

Art. 10 - Esta deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelos Comitês PCJ.

CÉLIO DE FARIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

Publicada no DOE em 03/01/13.



Anexo I – Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, de 14/12/2012

CRITÉRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA SELEÇÃO E INDICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS VISANDO À OBTENÇÃO DE RECURSOS DO FEHIDRO E DAS COBRANÇAS PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS PCJ (Cobranças PCJ) - EXERCÍCIO 2013

Art. 1º - Os recursos para investimentos necessários para os empreendimentos selecionados nesta deliberação serão os recursos financeiros do FEHIDRO, da quota-parte do CBH-PCJ, e das cobranças pelo uso de recursos hídricos dos domínios dos estados de São Paulo, de Minas Gerais e da União – Cobrança PCJ, orçamento 2013.

Art. 2º - Os “recursos para investimentos” do orçamento de 2013 da Cobrança Paulista e do FEHIDRO, disponíveis para distribuição pelos Comitês PCJ, para empreendimentos desta deliberação, serão:

I – distribuídos para empreendimentos propostos pelos candidatos a tomador, denominados **Demanda Espontânea**;

II - distribuídos em Programas de Duração Continuada (PDCs), do Plano das Bacias PCJ vigente, a fim de atender ao Decreto nº 51.449/2006, e às metas para efetivação do enquadramento dos corpos d’água das Bacias PCJ, conforme segue:

- a) **PDC 1: (BASE DE DADOS, CADASTROS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS) – Subprogramas 1.02 – Estudos, projetos e levantamento para apoio ao sistema de planejamento de recursos hídricos (somente para elaboração, revisão ou atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico, conforme Lei nº 11.455/07): no máximo 13% dos recursos disponíveis para investimentos, da Cobrança Paulista PCJ, sendo que, havendo eventual saldo remanescente, este será aplicado em empreendimentos do PDC 3;**
- b) **PDC 3: (RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D’ÁGUA) – Subprogramas 3.01 – Tratamento de efluentes urbanos, efluentes das ETAs e disposição final de lodos de ETEs e 3.04 – Tratamento de efluentes dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos, e das fontes difusas de poluição (somente para estudos, projetos e obras de tratamento dos efluentes dos sistemas públicos de disposição final de resíduos sólidos - chorume): no mínimo 69% dos recursos disponíveis para investimentos, da Cobrança Paulista PCJ, sendo que, havendo saldo remanescente nos PDCs 1 e 5, este será utilizado neste PDC 3 e, havendo saldo remanescente neste PDC 3, deverá ser aprovada nova deliberação para utilização do mesmo, se assim os Comitês PCJ entenderem;**
- c) **PDC 5: (PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS): Subprograma 5.01 – Racionalização do uso da água no sistema de abastecimento urbano (exceto para as ações de “estudos para a uniformização de uma metodologia para cálculo do índice de perdas nos sistemas de abastecimentos públicos” e de “elaboração, revisão ou atualização dos planos diretores de combate a perdas hídricas e ao desperdício de água no sistema público de abastecimentos): no máximo 18% dos recursos disponíveis para investimentos, da Cobrança Paulista PCJ, e 100% (cem por cento) dos recursos disponíveis do FEHIDRO – quota-parte do CBH-PCJ, para as ações enquadradas no PDC 5, sendo que, havendo saldo remanescente, este será aplicado em empreendimentos do PDC 3;**

III – A prioridade de aplicação dos recursos, conforme disposto no inciso II deste artigo, será: 1º - atendimento ao limite do PDC 3; 2º - atendimento ao limite do PDC 1; 3º - atendimento ao PDC 5.

Art. 3º - Os “recursos para investimentos” do orçamento de 2013 da Cobrança Mineira PCJ, disponíveis para distribuição pelos Comitês PCJ, para empreendimentos desta deliberação, serão:

I – distribuídos para empreendimentos propostos pelos candidatos a tomador, denominados **Demanda Espontânea**;

II - distribuídos para ações constantes dos Programas de Duração Continuada (PDCs), do Plano das Bacias PCJ vigente.

Art. 4º - Os “recursos para investimentos”, do orçamento de 2013, da Cobrança Federal PCJ, disponíveis para distribuição pelos Comitês PCJ, para empreendimentos desta deliberação, serão:

I – distribuídos para empreendimentos propostos pelos candidatos a tomador, denominados **Demanda Espontânea**;

II - distribuídos no Programa de Duração Continuada (PDC), do Plano das Bacias PCJ vigente, conforme segue:

PDC 5: (PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS): Subprograma 5.01 – Racionalização do uso da água no sistema de abastecimento urbano (exceto para as ações de “estudos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



para a uniformização de uma metodologia para cálculo do índice de perdas nos sistemas de abastecimentos públicos” e de “elaboração, revisão ou atualização dos planos diretores de combate a perdas hídricas e ao desperdício de água no sistema público de abastecimentos): até o limite de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) a serem aplicados no período de 2013 a 2016, sendo que, havendo saldo remanescente, este deverá ser objeto de nova deliberação para sua utilização, se assim os Comitês PCJ entenderem.

Art. 5º - São pré-requisitos para a inscrição na **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** de solicitações de recursos, além dos previstos nos Manuais de Procedimentos do FEHIDRO e nas regras das Cobranças PCJ:

- a) Planos e projetos devem possuir Valor Global mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- b) Serviços, equipamentos e obras devem possuir Valor Global mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para o PDC 3 e Valor Global mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para o PDC 5;
- c) Os empreendimentos inscritos não poderão contemplar, no custo da parcela a ser financiada, a aquisição de veículos de qualquer espécie;
- d) Para empreendimentos que envolvam ações de controle de perdas, comprovar: que tais ações estejam previstas em Plano Diretor de Combate a Perdas ou Plano Municipal de Saneamento Básico que contemple, ao menos, 70% do conteúdo mínimo definido no Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012, e que as ações sejam executadas conforme a sequência de execução prevista no Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012;
- e) Para o caso de prefeituras municipais, do Estado de São Paulo, ter firmado o Termo de Adesão ao Termo de Compromisso, previsto no art. 15 da Portaria DAEE nº 1213/2004, referente à outorga do Sistema Cantareira, conforme previsto na Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 16/2004, de 05 de novembro de 2004;
- f) Ter aderido ao Programa “Município Verde Azul” da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, para prefeituras municipais do estado de São Paulo;
- g) Para obras e outros serviços de engenharia, apresentar Projeto Básico ou Executivo, conforme estabelecido pela Lei nº 8666/93, incluindo memoriais descritivos e de cálculos, cronogramas, especificações técnicas, orçamentos e demais documentos pertinentes, de acordo com especificações constantes do Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012;
- h) Ações voltadas para o diagnóstico ambiental somente serão aceitas como parte integrante do Plano Municipal de Recursos Hídricos e o candidato a tomador, obrigatoriamente, deverá ser a respectiva Prefeitura Municipal, bem como, pleitos para o referido Plano Municipal somente serão aceitos se o município tiver a lei referente à Política Municipal de Recursos Hídricos, devidamente aprovada;
- i) Para obras e outros serviços de engenharia: apresentar arquivo digital (extensão *.dwg* ou *.shp*) e impresso (Carta IGC 1:10.000) contendo a localização georreferenciada do empreendimento;
- j) Ter quitado as três últimas parcelas (cota única ou dos meses de janeiro a março) referentes às Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos e estar adimplente com as Cobranças PCJ e com o FEHIDRO.

§ 1º O Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012, mencionado nos itens “d” e “g” deste artigo, estará disponível para download e consulta no site da Agência das Bacias PCJ (<http://www.agenciapcj.org.br>).

§ 2º Fica delegada à Agência das Bacias PCJ a função de contatar, via telefone e e-mail, o representante de contato dos candidatos a tomadores, caso verifique a ausência de algum documento constante dos pré-requisitos referidos no caput deste artigo para fins de complementação, no prazo de 1(um) dia útil após o contato, sendo que outros possíveis ajustes poderão ser feitos no período de avaliação dos empreendimentos.

Art. 5º Não serão financiados empreendimentos cuja licitação tenha sido realizada antes da aprovação do Agente Técnico.

Art. 6º Cada candidato a tomador de recursos, poderá inscrever até 2 (dois) empreendimentos para que sejam submetidos à análise da Agência das Bacias PCJ, e posteriormente, indicados para financiamento pelos Comitês PCJ.

§ 1º Fica permitido à SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e à COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais a inscrição de empreendimentos que contemplem ações em todos os municípios por elas operados, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, respeitando-se as seguintes limitações:

1. o montante de recursos das solicitações não pode ultrapassar 30% dos “recursos para investimentos” disponíveis para distribuição;
2. somente poderá ser prevista uma ação por município operado;

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



§ 2º Para as entidades públicas e as concessionárias privadas de serviços públicos de saneamento (água e esgoto), de forma direta ou em parceria com outras entidades, fica estabelecido o limite de indicação, por município, de empreendimentos cujo montante de recursos solicitados (FEHIDRO e Cobranças PCJ) seja de até 20% dos “recursos para investimentos” disponíveis para distribuição.

§ 3º – Para empreendimentos da modalidade de financiamento com recursos reembolsáveis, deverão ser respeitados os seguintes limites:

1. até o disponível para aplicação pela legislação vigente;
2. até 35% do montante dos “recursos disponibilizados para distribuição”;
3. no mínimo 20% do orçamento total como contrapartida.

§ 4º – Municípios em que os serviços de água e esgoto não são operados pela prefeitura (administração direta), a inscrição de empreendimentos na área de saneamento (água e esgoto) poderá ser feita ou pela prefeitura ou pela concessionária, respeitando-se o limite de dois empreendimentos nesta área, por município, e os demais limites estabelecidos neste artigo, bem como a necessidade de que a concessionária possua as suas CNDs válidas.

§ 5º - Para as entidades privadas (exceto concessionárias de água e esgoto), de forma direta ou em parceria com outras entidades, fica estabelecido o limite de indicação, por entidade, de empreendimentos cujo montante de recursos solicitados (FEHIDRO e Cobranças PCJ) seja de até 20% dos “recursos para investimentos” disponíveis para distribuição.

§ 6º - Durante as análises de pré-qualificação, será verificada a existência de apenas um objeto para cada empreendimento inscrito, e caso constatada multiplicidade no objeto, o tomador de recursos deverá proceder à adequação do projeto visando a estabelecer um objeto único.

Art. 7º - Poderão ser solicitados financiamentos para:

3. estudos, planos e projetos;
4. serviços;
5. equipamentos que possam ser instalados imediatamente após sua aquisição ou que serão utilizados em empreendimentos em implantação; e
6. obras que possam entrar em funcionamento imediatamente após sua conclusão.

Parágrafo único - As obras serão classificadas conforme segue:

- 1) obras completas: conjunto de unidades que caracterizam a obra no seu todo, para atendimento da integralidade de seus objetivos no horizonte de projeto;
- 2) parte de obras: conjunto de unidades que proporcionam o atendimento de uma porcentagem dos objetivos previstos para o horizonte de projeto da obra completa ou que se constituam em parte de uma obra completa.

Art. 8º - Para empreendimentos cuja implantação se der em parceria com outras entidades (públicas ou privadas), o respectivo tomador deverá apresentar, também, as Certidões Negativas de Débito do INSS, FGTS e Tributos Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro da validade, dos respectivos parceiros;

Art. 9º - Os casos omissos devem ser objeto de análise e definição da CT-PL.

CÉLIO DE FARIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

Publicada no DOE em 03/01/13.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Anexo II – Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, de 14/12/2012

Limites de contrapartida (CP) por município, calculados conforme disposto no Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012.

Obs. 1) Para entidades da sociedade civil sem finalidades lucrativas, contrapartida mínima de 10% do orçamento total

2) Para financiamentos reembolsáveis, contrapartida mínima de 20% do orçamento total

Município	Limites de CP	
	Inferior	Superior
Campinas	32%	55%
Jundiaí	25%	43%
Piracicaba	23%	39%
Sumaré	21%	35%
Limeira	21%	35%
Americana	19%	33%
Indaiatuba	18%	31%
Hortolândia	18%	31%
Paulínia	18%	30%
Rio Claro	18%	30%
Santa Bárbara D'Oeste	17%	29%
Itu	17%	29%
Louveira	15%	26%
Vinhedo	15%	26%
Bragança Paulista	15%	26%
Valinhos	15%	26%
Atibaia	15%	25%
Botucatu	15%	25%
Itatiba	15%	25%
Salto	14%	23%
Mogi Mirim	13%	22%
Várzea Paulista	13%	22%
Jaguariúna	12%	20%
Amparo	12%	20%
Mairiporã	11%	18%
Campo Limpo Paulista	11%	18%
Nova Odessa	10%	17%
Itupeva	10%	17%
Monte Mor	10%	17%
Cosmópolis	9%	16%
Capivari	9%	16%
Cordeirópolis	9%	16%
Cabreúva	9%	16%
Município	Limites de CP	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



	Inferior	Superior
Extrema – MG	9%	16%
Tietê	8%	14%
Pedreira	8%	14%
Artur Nogueira	8%	14%
Rio das Pedras	8%	13%
Socorro	8%	13%
São Pedro	7%	12%
Iracemápolis	7%	12%
Serra Negra	6%	10%
Dois Córregos	6%	10%
Jarinu	6%	10%
Santa Gertrudes	6%	10%
Santo Antonio de Posse	6%	10%
Piracaia	6%	10%
Holambra	6%	10%
Elias Fausto	6%	10%
Camanducaia - MG	5%	9%
Engenheiro Coelho	5%	9%
Itirapina	5%	9%
Morungaba	5%	8%
Bom Jesus dos Perdões	5%	8%
Charqueada	5%	8%
Nazaré Paulista	5%	8%
Pinhalzinho	5%	8%
Saltinho	5%	8%
Águas de São Pedro	5%	8%
Torrinha	5%	8%
Rafard	5%	8%
Joanópolis	5%	8%
Monte Alegre do Sul	4%	7%
Vargem	4%	7%
Ipeúna	4%	7%
Analândia	4%	7%
Itapeva – MG	4%	7%
Anhembi	4%	7%
Santa Maria da Serra	4%	7%
Corumbataí	4%	7%
Tuiuti	4%	7%
Sapucaí Mirim - MG	3%	5%
Pedra Bela	3%	5%
Mombuca	3%	5%
Toledo – MG	3%	5%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Anexo III – Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, de 14/12/2012

Relação de Documentos **obrigatórios** para apresentação de empreendimentos ao FEHIDRO e Cobranças PCJ na Pré-Qualificação (01/04/2013 até 03/04/2013)

O não atendimento dos pré-requisitos definidos no Artigo 4º do Anexo I da Deliberação acima mencionada será motivo de INDEFERIMENTO na pré-qualificação

Item	Documento
01	Ficha de Protocolo, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ (2 vias).
02	Ficha Resumo do empreendimento, conforme Anexos I ou II do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO – MPO, arquivo digital e impresso.
03	Cronograma físico-financeiro, conforme Anexo VII do MPO, arquivo digital e impresso.
04	Planilha de Orçamento, conforme Anexo VIII do MPO, arquivo digital e impresso.
05	Para estudos, projetos e atividades afins: Termo de Referência, arquivo digital e impresso.
	Para obras e outros serviços de engenharia: Projeto Básico ou Projeto Executivo conforme estabelecido na Lei nº 8666/93, incluindo memoriais descritivos e de cálculos, cronogramas, especificações técnicas, orçamentos e demais documentos pertinentes, arquivo digital e impresso, contemplando as disposições que constam do “Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012” .
06	Para obras e outros serviços de engenharia: arquivo digital (extensão <i>.dwg</i> ou <i>.shp</i>) e impresso (Carta IGC 1:10.000) contendo a localização georreferenciada do empreendimento.
07	Para serviços, equipamentos e obras de controle e redução de perdas de água em abastecimento público: Plano Municipal de Saneamento Básico ou Plano Diretor de Combate às Perdas, que contemplem ao menos 70% do conteúdo mínimo definido no “Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012” , em arquivo digital e impresso.
08	Cópia do Estatuto Registrado em Cartório para entidades da sociedade civil sem finalidades lucrativas. (somente na primeira contratação)
09	Relatório de atividades e respectivos comprovantes , conforme modelo do Anexo XI do MPO (para entidades da sociedade civil sem finalidades lucrativas, somente na primeira contratação)

OBS.1: Todos os documentos devem estar assinados pelo representante legal da entidade tomadora.

OBS.2: O “Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012” está disponível para download e consulta no site:

- Agência das Bacias PCJ (<http://www.agenciapcj.org.br>)

Publicada no DOE em 03/01/13.



Anexo IV – Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, de 14/12/2012

Lista dos Documentos para Apresentação de Projetos ao FEHIDRO e Cobranças PCJ na inscrição dos empreendimentos qualificados (de 10/09/2013 a 30/09/2013)

<i>Documentação de Protocolo (fora do envelope lacrado)</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Condição</i>
01	Ficha de Protocolo de Inscrição (2 vias)	Obrigatório	Desabilita

Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues em apenas 1 via

<i>Envelope nº01 – Documentação Técnica e Financeira</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Condição</i>
01	Ficha Resumo do empreendimento, conforme Anexo I ou II do MPO.	Obrigatório	Desabilita
02	Cronograma físico-financeiro, conforme Anexo VII do MPO.	Obrigatório	Desabilita
03	Planilha de Orçamento, conforme Anexo VIII do MPO.	Obrigatório	Desabilita
04	Para estudos, projetos e atividades afins: Termo de Referência, em arquivo digital e impresso.	Obrigatório	Desabilita
	Para obras e outros serviços de engenharia: Projeto Básico ou Projeto Executivo conforme estabelecido na Lei nº 8666/93, incluindo memoriais descritivos e de cálculos, cronogramas, especificações técnicas, orçamentos e demais documentos pertinentes, contemplando as disposições que constam do “Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012”, em arquivo digital e impresso.		
05	Para serviços, equipamentos e obras de controle e redução de perdas de água em abastecimento público: Plano Municipal de Saneamento Básico ou Plano Diretor de Combate às Perdas (com a respectiva ART quitada), que contemplem ao menos 70% do conteúdo mínimo definido no “Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012”, em arquivo digital e impresso.	Obrigatório	Desabilita
06	Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno, nos casos em que o empreendimento assim o exigir, conforme MPO.	Obrigatório (quando couber)	Desabilita
07	Cópia da Lei Municipal que institui a Política Municipal de Recursos Hídricos.	Somente para aqueles que publicarem a lei após 09/12/2010	Não Desabilita
08	Ata de posse do mandato atual do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente ou de Recursos Hídricos.	Não Obrigatório	Não Desabilita
09	Ata da última reunião realizada no ano de 2013, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente ou de Recursos Hídricos.	Não Obrigatório	Não Desabilita

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



10	Ata de posse da eleição da diretoria atual, para entidades da sociedade civil sem finalidades lucrativas.	Obrigatório	Desabilita
11	Termo de Cooperação Técnica - Anexo XIII do MPO - para universidades, entidades de pesquisa, ensino superior e desenvolvimento tecnológico e entidades da sociedade civil privadas, sem finalidades lucrativas.	Obrigatório (quando couber)	Desabilita
12	Ficha da preanálise com as solicitações devidamente atendidas.	Obrigatório	Desabilita
13	Declaração de Adequação emitida pela Agência das Bacias PCJ, mencionada no § 9º do artigo 1º desta deliberação.	Obrigatório	Desabilita

Opção B - Envelope nº02 – Licenciamento Ambiental e Outorga

Item	Documento	Observação	Condição
01	Cópia da Licença Prévia (LP) válida emitida pela SMA / SEMAD	Obrigatório (no que couber)	Desabilita
	Cópias das Licenças Prévia (LP) e/ou de Instalação (LI) válidas emitidas pela CETESB / Municípios / SEMAD / SUPRAM		
	Cópia da Licença de Operação (LO) válida emitida pela CETESB / Municípios / SEMAD / SUPRAM		
	Cópia da Autorização válida emitida pela CETESB / DEPRN / IEF / SUPRAM para Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP com ou sem vegetação nativa e/ou Supressão de Vegetação Nativa e/ou Corte de Árvores Isoladas		
	Cópia da Autorização válida emitida pelo Município para Corte de Árvores Isoladas e/ou Intervenção em APP sem vegetação nativa (somente para obras licenciadas pelo município)		
	Caso a área tenha sido objeto de penalidade por dano ambiental, deverá ser apresentada a certidão de desinterdição/desembargo emitida pela autoridade competente (Polícia Ambiental, CBRN, CETESB, Município, Assessoria Jurídica da SUPRAM / IEF, outros)		
	Cópia da Outorga de Direito de Uso ou Intervenção em Recursos Hídricos		
02	Apresentar as outorgas válidas inerentes à obra; para ações de controle de perdas, apresentar também as outorgas válidas de todas as captações do município.	Obrigatório	Desabilita

OBS.1:

- Não serão aceitos documentos sem a assinatura do representante legal da entidade tomadora;
- Os documentos devem ser apresentados na ordem acima descrita, nos respectivos envelopes lacrados, na Agência das Bacias PCJ;
- Não serão aceitos documentos encadernados, com exceção de memoriais descritivos de projetos;
- Na ocasião do protocolo não serão sanadas dúvidas técnicas, nem conferidos documentos;
- Atender a todos os pré-requisitos do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12.

OBS.2: O Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012 está disponível para download e consulta no site:

- Agência das Bacias PCJ (<http://www.agenciapcj.org.br>)

Publicada no DOE em 03/01/13.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Anexo V – Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, de 14/12/2012

Lista das cópias dos documentos a serem entregues após indicação dos Comitês PCJ até 30/09/2013 (somente para os empreendimentos indicados).

I. Para empreendimentos indicados com recursos do FEHIDRO e Cobrança Paulista PCJ

<i>Documentação de Protocolo (fora do envelope lacrado)</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Nº de cópias</i>
01	Ficha de Protocolo de Inscrição.	Obrigatório	2

Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues de acordo com o número de cópias indicado

<i>Envelope nº01 – Documentação Técnica e Financeira</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Nº de cópias</i>
01	Ficha Resumo do empreendimento, conforme Anexo I ou II do MPO ;	Obrigatório	4
02	Cronograma físico-financeiro, conforme Anexo VII do MPO ;	Obrigatório	4
03	Planilha de Orçamento, conforme Anexo VIII do MPO ;	Obrigatório	4
04	Para estudos, projetos e atividades afins: Termo de Referência; Para obras e outros serviços de engenharia: Projeto Básico ou Projeto Executivo conforme estabelecido na Lei nº 8666/93, incluindo memoriais descritivos e de cálculos, cronogramas, especificações técnicas, orçamentos e demais documentos pertinentes, contemplando as disposições que constam do “Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012”.	Obrigatório	1
05	ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho da respectiva entidade de classe do profissional responsável pelo empreendimento, como o devido comprovante de quitação;	Obrigatório	2
06	Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno, nos casos em que o empreendimento assim o exigir, conforme MPO;	Obrigatório (quando couber)	2
07	Atestado da Câmara Municipal de exercício efetivo de Mandato do prefeito (expedido a partir de janeiro de 2013);	Obrigatório (para municípios e entidades municipais)	2
08	Cópia do Cartão do CNPJ;	Obrigatório	2
09	Cópia do RG do Responsável Legal pela entidade;	Obrigatório	2
10	Cópia do CPF do Responsável Legal pela entidade;	Obrigatório	2
11	Declaração de Adimplência técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida, e de disponibilidade de recursos de contrapartida em papel timbrado, conforme modelo constante dos Anexos IX, X ou XII do MPO ;	Obrigatório	2
12	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) do INSS (do tomador e dos parceiros se houver);	Obrigatório	1
13	Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS (do tomador e dos parceiros se houver);	Obrigatório	1
14	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (do tomador e dos parceiros se houver);	Obrigatório	1
15	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11.	Obrigatório	1
16	Cópia do Estatuto Registrada em Cartório;	Obrigatório (exceto Prefeituras)	2
17	Cópia da Lei de Criação;	Obrigatório (para autarquias e empresas públicas municipais e estaduais)	2
18	Comprovante de envio da PROPOSTA ELETRÔNICA (http://fehido.sigrh.sp.gov.br/fehido/index.html)	Obrigatório	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



<i>Envelope nº01 – Documentação Técnica e Financeira</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Nº de cópias</i>
19	Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata da Eleição do Responsável Legal ou da Diretoria atual.	Obrigatório (exceto Prefeituras)	2
20	Relatório de Atividades e respectivos comprovantes para atender o disposto no inciso IV do art. 37-A da Lei 10843/200, constando anuência da Secretaria Executiva do Colegiado, conforme modelo do Anexo XI do MPO;	Obrigatório (somente na primeira contratação para entidades da sociedade civil sem finalidades lucrativas)	1
21	Declaração de que não existem obrigações administrativas ou judiciais determinando a recuperação da área proposta no projeto, para o caso de serviços de reflorestamento (modelo MPO)	Obrigatório	2
22	Termo de Cooperação Técnica - Anexo XIII do MPO - para universidades, entidades de pesquisa, ensino superior e desenvolvimento tecnológico e entidades da sociedade civil privadas, sem finalidades lucrativas;	Obrigatório (quando couber)	1

<i>Opção B - Envelope nº02 – Licenciamento Ambiental e Outorga</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Condição</i>
01	Cópia da Licença Prévia (LP) válida emitida pela SMA	Obrigatório (no que couber)	Desabilita
	Cópias das Licenças Prévia (LP) e/ou de Instalação (LI) válidas emitidas pela CETESB / Municípios		
	Cópia da Licença de Operação (LO) válida emitida pela CETESB / Municípios		
	Cópia da Autorização válida emitida pela CETESB / DEPRN para Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP com ou sem vegetação nativa e/ou Supressão de Vegetação Nativa e/ou Corte de Árvores Isoladas		
	Cópia da Autorização válida emitida pelo Município para Corte de Árvores Isoladas e/ou Intervenção em APP sem vegetação nativa (somente para obras licenciadas pelo município)		
	Caso a área tenha sido objeto de penalidade por dano ambiental, deverá ser apresentada a certidão de desinterdição/desembargo emitida pela autoridade competente (Polícia Ambiental, CBRN, CETESB, Município, outros)		
	Cópia da Outorga de Direito de Uso ou Intervenção em Recursos Hídricos		
02	Apresentar as outorgas válidas inerentes à obra; para ações de controle de perdas, apresentar também as outorgas válidas de todas as captações do município.	Obrigatório	Desabilita

OBS.1:

- Não serão aceitos documentos sem a assinatura do representante legal da entidade tomadora;
- Os documentos devem ser apresentados na ordem acima descrita, nos respectivos envelopes lacrados, na Agência das Bacias PCJ;
- Não serão aceitos documentos encadernados, com exceção de memoriais descritivos de projetos;
- Na ocasião do protocolo não serão sanadas dúvidas técnicas, nem conferidos documentos;
- Atender a todos os pré-requisitos do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12.

OBS.2: O Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012 está disponível para download e consulta no site:

- Agência das Bacias PCJ (<http://www.agenciapcj.org.br>)

II. Para empreendimentos indicados com recursos da Cobrança Federal e Mineira PCJ

<i>Documentação de Protocolo (fora do envelope lacrado)</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Nº de cópias</i>
01	Ficha de Protocolo de Inscrição	Obrigatório	2

Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues de acordo com o número de cópias indicado

<i>Envelope nº01 – Documentação Técnica e Financeira</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Nº de cópias</i>

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



<i>Envelope nº01 – Documentação Técnica e Financeira</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Nº de cópias</i>
01	Ficha Resumo do empreendimento, conforme Anexo I ou II do MPO ;	Obrigatório	2
02	Cronograma físico-financeiro, conforme Anexo VII do MPO ;	Obrigatório	2
03	Planilha de Orçamento, conforme Anexo VIII do MPO ;	Obrigatório	2
04	Para estudos, projetos e atividades afins: Termo de Referência;	Obrigatório	1
	Para obras e outros serviços de engenharia: Projeto Básico ou Executivo conforme estabelecido pela Lei nº 8666/93, incluindo memoriais descritivos, orçamentos, cronogramas, especificações técnicas e demais documentos pertinentes;		
05	ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho da respectiva entidade de classe do profissional responsável pelo empreendimento, como o devido comprovante de quitação;	Obrigatório	2
06	Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno, nos casos em que o empreendimento assim o exigir, conforme MPO;	Obrigatório (quando couber)	2
07	Atestado da Câmara Municipal de exercício efetivo de Mandato do prefeito (expedido no mês de janeiro de 2013);	Obrigatório (para municípios e entidades municipais)	2
08	Cópia do Cartão do CNPJ;	Obrigatório	2
09	Cópia do RG do Responsável Legal pela entidade;	Obrigatório	2
10	Cópia do CPF do Responsável Legal pela entidade;	Obrigatório	2
11	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) do INSS (do tomador e dos parceiros se houver);	Obrigatório	1
12	Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS (do tomador e dos parceiros se houver);	Obrigatório	1
13	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (do tomador e dos parceiros se houver);	Obrigatório	1
14	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11.	Obrigatório	1
15	Cópia do Estatuto Registrada em Cartório;	Obrigatório (exceto Prefeituras)	2
16	Cópia da Lei de Criação;	Obrigatório (para autarquias e empresas públicas municipais e estaduais)	2
17	Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata da Eleição do Responsável Legal ou da Diretoria atual;	Obrigatório (exceto Prefeituras)	2
18	Declaração de que não existem obrigações administrativas ou judiciais determinando a recuperação da área proposta no projeto, para o caso de serviços de reflorestamento (modelo MPO)	Obrigatório	2
19	Termo de Cooperação Técnica - Anexo XIII do MPO - para universidades, entidades de pesquisa, ensino superior e desenvolvimento tecnológico e entidades da sociedade civil privadas, sem finalidades lucrativas;	Obrigatório (quando couber)	1
20	Plano de Trabalho (Modelo Caixa Econômica Federal - CEF);	Obrigatório	2
21	Cronograma Físico-Financeiro (Modelo CEF);	Obrigatório	2
22	Quadro de Composição de Investimento – QCI (Modelo CEF);	Obrigatório	2
23	Termo de Compromisso de Contrapartida (Modelo CEF);	Obrigatório	2

<i>Opção B - Envelope nº02 – Licenciamento Ambiental e Outorga</i>			
<i>Item</i>	<i>Documento</i>	<i>Observação</i>	<i>Condição</i>
	Cópia da Licença Prévia (LP) válida emitida pela SMA / SEMAD		
	Cópias das Licenças Prévia (LP) e/ou de Instalação (LI) válidas emitidas pela CETESB / Municípios / SEMAD / SUPRAM		
	Cópia da Licença de Operação (LO) válida emitida pela CETESB / Municípios / SEMAD / SUPRAM		

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



01	Cópia da Autorização válida emitida pela CETESB / DEPRN / IEF / SUPRAM para Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP com ou sem vegetação nativa e/ou Supressão de Vegetação Nativa e/ou Corte de Árvores Isoladas	Obrigatório (no que couber)	Desabilita
	Cópia da Autorização válida emitida pelo Município para Corte de Árvores Isoladas e/ou Intervenção em APP sem vegetação nativa (somente para obras licenciadas pelo município)		
	Caso a área tenha sido objeto de penalidade por dano ambiental, deverá ser apresentada a certidão de desinterdição/desembargo emitida pela autoridade competente (Policia Ambiental, CBRN, CETESB, Município, Assessoria Jurídica da SUPRAM / IEF, outros)		
	Cópia da Outorga de Direito de Uso ou Intervenção em Recursos Hídricos		
02	Apresentar as outorgas válidas inerentes à obra; para ações de controle de perdas, apresentar também as outorgas válidas de todas as captações do município.	Obrigatório	Desabilita

OBS.1:

- Não serão aceitos documentos sem a assinatura do representante legal da entidade tomadora;
- Os documentos devem ser apresentados na ordem acima descrita, nos respectivos envelopes lacrados, na Agência das Bacias PCJ;
- Não serão aceitos documentos encadernados, com exceção de memoriais descritivos de projetos;
- Na ocasião do protocolo não serão sanadas dúvidas técnicas, nem conferidos documentos;
- Atender a todos os pré-requisitos do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12.

OBS.2: O Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2012 está disponível para download e consulta no site:

- Agência das Bacias PCJ (<http://www.agenciapcj.org.br>)

Publicada no DOE em 03/01/13.